



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

PREGÃO ELETRÔNICO N. 019/2026 SRP N. 014/2026		
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO - PMR		
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 019/2026		
CRITÉRIO	MENOR PREÇO	
MODO DE DISPUTA	Aberto	
BASE LEGAL	Este procedimento licitatório obedecerá integralmente à Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 [Lei de Licitações e Contratos Administrativos] e Decreto Federal n. 11.462, de 31 de março de 2023 [Registro de Preços] e, ainda, pela Lei Complementar n. 123/2006, assim como as cláusulas e condições constantes deste Edital.	
OBJETO	A presente Licitação tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Riachuelo/Se na qualidade de entidade gerenciadora e dos órgãos participantes-Fundo Municipal de Saúde-FMS e Fundo Municipal de Assistência-FMAS conforme especificações e detalhamentos constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital.	
		DIA
		HORÁRIO
ABERTURA DA SESSÃO		30/ 06 /2026
		08:30 hs
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo explicitadas neste edital será observado o horário de Brasília .		
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL Prefeitura Municipal de Riachuelo Endereço: Rua Getúlio Vargas, n. 72, Bairro Centro, CEP: 49130-000, Riachuelo, Estado de Sergipe.		
PREGOEIRO(A) E EQUIPE DE PREGÃO Pregoeiro(a): Iuri Costa Sousa E-mail: licitacaopmr21@gmail.com		
OBSERVAÇÃO: Os interessados deverão acessar o https://www.portaldecompraspublicas.com.br e http://www.riachuelo.se.gov.br , onde o edital estará disponível ou dirigir-se a Prefeitura Municipal de Riachuelo no endereço acima citado.		
LOCAL DA DISPUTA – Portal https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones da plataforma Portal de Licitações – Portaldecompraspublicas, site: https://www.portaldecompraspublicas.com.br (34) 2512-6500 (Suporte aos Fornecedores) ou pelo e-mail o fornecedor@portaldecompraspublicas.com.br / comercial@portaldecompraspublicas.com.br .		



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N. 019/2026 SRP N. 014/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO do município de RIACHUELO, Estado de Sergipe, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n. 13.128.897/0001-85, com sede na Praça Getúlio Vargas, n. 72, Centro, Riachuelo/SE, doravante denominada **CONTRATANTE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n. 13.128.897/0001-85, com sede na Praça Getúlio Vargas, n. 72, Centro, Riachuelo/SE, **POR SEU(UA) PREGOEIRO(A)**, designado pela Portaria em anexo, torna público que realizará o certame licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, CRITÉRIO MENOR PREÇO, PARA REGISTRO DE PREÇOS**. Este procedimento administrativo obedecerá aos preceitos de direito público e em especial as disposições da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 [Lei de Licitações e Contratos Administrativos] e Decreto Federal n. 11.462, de 31 de março de 2023 [Registro de Preços], e pela Lei Complementar n. 123/2006, e será regido pelas condições estabelecidas no presente Edital e nos seus anexos, os quais foram examinados pela Consultoria Jurídica, conforme PARECER contido nos autos deste Processo Administrativo, observando o seguinte:

1.0 DO OBJETO:

1.1 Registro de preços para futura e eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Riachuelo/Se na qualidade de entidade gerenciadora e dos órgãos participantes-Fundo Municipal de Saúde-FMS e Fundo Municipal de Assistência-FMAS, conforme especificações e detalhamentos constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital.

2.0 DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

- a) **DO ÓRGÃO GERENCIADOR:** Será a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO/SE, CNPJ n. 13.128.897/0001-85.
- b) **DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:** Serão o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIACHUELO/SE

3.0 . CREDENCIAMENTO:

3.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://portaldecompraspublicas.com.br/>;

3.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

3.4 O licitante deve assinalar em campo próprio do sistema a Declaração de ME/EPP e que terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123, de 2006, como microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas, no que couber;

3.5 A obtenção de benefícios a que se refere o item 3.4 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação;

3.6. O licitante que deixar de apresentar as declarações acima não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

3.7 A empresa que declarar falsamente enquadrada como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), para beneficiar-se do tratamento diferenciado, incorrerá em infração penal e estará sujeita às penas previstas na lei de licitações, sem prejuízo das demais penalidades cíveis, criminais e administrativa cabíveis;

3.8 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas declarações, propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

4.0 PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

4.1 Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;

4.2 A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

4.3 Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

4.4 **Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:** Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://portaldecompraspublicas.com.br/>;

4.4.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

4.4.2 Independendentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

4.4.3 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

4.4.4 As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

4.4.5 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://portaldecompraspublicas.com.br/>;

4.4.6 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

4.4.7 O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

4.4.8 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

4.5 Não poderão participar direta ou indiretamente desse PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.5.1 O impedimento de que trata a alínea "a" do item 4.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5.2 Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, **Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei n.. 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);**

4.5.3 Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública. Para verificação das condições definidas neste item, o Pregoeiro, promoverá a consulta eletrônica junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

4.5.4 Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Município;

4.5.5. Empresas que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão ou impedidas de licitar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial;

4.5.6 Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.6 A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

4.6.1 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

4.6.2 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

4.6.3 Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

4.6.4 Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

4.6.5 O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.6.6 Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar n. 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;

5.0 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://portaldecompraspublicas.com.br/>), concomitantemente com os documentos de **HABILITAÇÃO** exigidos no edital, **PROPOSTA** com a "**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**", incluindo **QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA)**, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

5.2 As propostas cadastradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

5.3 Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será **DECLASSIFICADA** pelo(a) pregoeiro(a);

5.4 A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

5.5 O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas;



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

5.6 Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

5.7 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

5.8 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006;

5.9 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.10 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

5.11 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

5.12 O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.0 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 **Descrição detalhada do objeto**, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, a marca, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

6.6 A proposta deverá ser apresentada conforme modelo disposto no ANEXO II deste Edital.

7.0 ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

7.1 No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6.1 do edital;

7.2 O(a) pregoeiro(a) poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

7.3 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCLASSIFICARÁ**;

7.4 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta comprovadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;

7.5 As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo(a) pregoeiro(a);

7.6 Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, conforme Edital;

7.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

7.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

7.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de **R\$ 1,00 (um real)**;



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública;

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;

7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

7.15 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (**R\$**), **com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS** com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar. Adotado o critério de julgamento de menor preço, poderá ocorrer lances intermediários iguais ou superiores ao menor já ofertado.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

7.18 Sendo efetuado lance comprovadamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

7.19 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

7.20 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

7.21 O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

7.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://portaldecompraspublicas.com.br/>;

7.23 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

7.24 A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

7.25 **Nos casos específicos**, em relação a itens **NÃO** exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:

7.25.10 sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC n. 123, de 2006 e suas alterações;

7.25.2 Entende-se como empate àquelas situações em que as **propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada**, depois de encerrada a etapa de lances;

7.25.3 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

7.25.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

7.25.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.25.6 Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, a convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

7.26 O disposto no item 7.25 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.27 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I – disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III – desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV – desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.28 As regras previstas no item 7.27 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.29 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas, conforme Acórdão Nº 723/24 TCU;

7.30 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **NO PRAZO DE 02 (DUAS) HORAS**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31 Conforme estabelecido no item 7.29, definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

7.32 Após concluída a negociação, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.0 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital;

8.2 Serão desclassificadas as propostas que:

- I – contiverem vícios insanáveis;
- II – não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III – apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV – não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V – apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.2.1 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada;

8.2.2 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do item 8.2;

8.2.3 O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

8.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 O(a) pregoeiro(a) poderá convocar o licitante *para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.*

8.6.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

8.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

8.6.3 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

8.6.4 Havendo necessidade, o(a) pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade;

8.6.5 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

8.6.6 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

8.6.7 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.6.8 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

8.6.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.0 ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos de habilitação, relacionados no subitem 10, deverão ser cadastrados previamente no sistema, no momento em que, o licitante cadastre sua proposta de preços. As documentações cadastradas pelas empresas participantes são bloqueadas para os demais participantes, inclusive o Pregoeiro.

9.2 Após a etapa competitiva, quando da declaração da empresa vencedora da licitação, os documentos de habilitação cadastrados no sistema, serão automaticamente disponibilizados para a verificação do(a) Pregoeiro(a).

9.3 Nos procedimentos realizados neste pregão eletrônico, a Administração determina, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico;



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

9.4 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n. 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

9.5 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular, quando necessária, poderá ser feita perante um agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

9.6 O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

9.7 Os atos serão digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

10.0 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 Na fase de habilitação o licitante deverá prestar as seguintes declarações:

a) **Declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do art. 63, inciso I da Lei n. 14.133/2021;

b) **Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência** e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV da Lei n. 14.133/2021;

c) **Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º da Lei n. 14.133/2021.

d) **Declaração do licitante de observância do limite na licitação para obtenção de benefícios da LC 123/2006**, estando limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (art. 4º, § 2º da Lei n. 14.133/2021).

10.2 Havendo disponibilidade no sistema eletrônico de pregão, as declarações acima poderão ser feitas eletronicamente, devendo o licitante assinalar em campo próprio do sistema, caso inexista campo apropriado no sistema, tais declarações deverão ser



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

produzidas por escrito, com data e local de sua realização e assinatura do responsável, e juntadas aos documentos de habilitação, sob pena de inabilitação. A declaração falsa sujeitará o licitante às sanções previstas em Leis e neste Edital.

10.3 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.3.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.3.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.3.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.3.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro 1971

10.3.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

10.4.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação, com seus respectivos prazos de validade em vigor.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

10.4.3 Prova de regularidade perante a **Fazenda Federal** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, na forma de lei específica;

10.4.4 Prova de Regularidade para com as **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma de lei específica;

10.4.5 Prova de Regularidade para com as **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma de lei específica;

10.4.5.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.6 Regularidade perante a Justiça do Trabalho (**Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**), na forma de lei específica;

10.4.7 Prova de regularidade relativa ao **FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF)**, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos, na forma de lei específica;

10.4.8 Declaração para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos;

10.4.9 Os documentos relacionados nos subitem 10.4.1 a 10.4.7 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico;

10.4.10 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.4.11 Quando uma microempresa ou empresa de pequeno porte for declarada vencedora e haja alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.4.12 A não regularização da documentação no prazo acima previsto, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei de Licitações, sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.4.13 Serão admitidas em conformidade com o artigo 206 do Código Tributário Nacional, certidões positivas com efeitos negativos.

10.4.14 MEI: Dispensa de inscrição nos cadastros estadual/municipal para benefícios da LC n. 123/2006.

10.5 DA QUALIFICAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

12.5.1. Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, em nome da licitante, que comprovem a sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo e da licitação e/ou o fornecimento de bens similares, equivalentes ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, especialmente relacionados a:

I – Licença de uso de software;

II – Implantação, operação ou manutenção de sistemas de TV corporativa, comunicação digital, painéis informativos ou soluções tecnológicas similares;

III – Prestação de serviços continuados de suporte técnico e manutenção de sistemas.

12.5.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial do fornecedor.

12.5.1.2. Os atestados deverão conter as seguintes informações, que permitam a identificação correta do prestador, tais como:

- a) Nome, CNPJ e endereço completo do emitente da certidão;
- b) Nome e CNPJ do prestador;
- c) Data de emissão do atesto ou da certidão;
- d) Identificação e assinatura do signatário (nome e cargo que exerce na emitente).

12.5.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.5.3. A comprovação do vínculo entre a empresa licitante e os responsáveis técnicos indicados poderá se dar por meio de contrato de trabalho, contrato social ou contrato de prestação de serviços.

10.5.4. Para a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.5.4.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.5.4.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

10.5.4.3A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

10.5.4.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.5.4.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

10.5.4.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10.5.4.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.5.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.5.5.1. Certidão Cível negativa quanto a processo de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n. 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

10.6 DA ANÁLISE

10.6.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria-Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (<http://www.portalttransparencia.gov.br>);

b) no cadastro de municipal de empresas que estejam com suspensas ou com o impedimento do direito de participar de licitação ou contratar com o Município de Riachuelo/SE;

c) por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), disponível no Portal (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

10.6.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

10.6.2 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

10.6.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

10.6.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

10.6.5 Para fins de habilitação, não será admitida complementação ou retificação da documentação apresentada, exceto para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme dispõe o Artigo 43, § 1º, da LC n. 123/06.

10.6.6 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I – Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II – Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.6.7 Para fins de habilitação, não será admitida complementação ou retificação da documentação apresentada, exceto para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme dispõe o Artigo 43, § 1º, da LC n. 123/06;

10.6.8 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.6.9 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.6.10 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.6.11 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

10.6.12 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

10.6.13 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

10.6.14 A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até **02 (duas) horas ou superior, a depender do caso**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, conforme modelo presente no ANEXO II, e deverá:

11.2 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

11.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

11.4 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

11.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

11.6 Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, inciso II da Lei n. 14.133/2021);

11.7 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

11.8 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

11.9 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

12 RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

12.1 Os atos da Administração decorrentes da aplicação deste Edital cabem:

I – RECURSO, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

12.2 Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do Item 12.1, serão observadas as seguintes disposições:

I – declarado o vencedor a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, do qual será concedido o prazo de no **mínimo 10 (dez) minutos**, sob pena de preclusão, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do item 12.1 será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

II – a apreciação dar-se-á em fase única.

12.3 O recurso de que trata o inciso I do item 12.1 será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.4 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

12.5 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na **data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso no Diário Oficial do Município.**

12.6 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

12.7 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro o juízo de admissibilidade de verificação da existência dos requisitos legais necessários para o conhecimento do recurso, permitindo a análise das razões, tais requisitos são os pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, motivação, legitimidade e interesse, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

12.8 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

12.9 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

12.10 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;

12.11 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13.0 REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.2 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

13.1.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC n. 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

13.1.4. Nos casos de necessidade de verificação dos documentos de habilitação de forma minuciosa;



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

13.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

14.0 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, e após a regular decisão dos recursos apresentados caso haja interposição, pela autoridade competente;

14.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora.

15.0 DO REGISTRO DE PREÇOS

I - FORMALIZAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA:

15.1 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

- a) serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência, e obrigar-se nos limites dela;
- b) será incluído na ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- c) dos licitantes que mantiverem sua proposta original; e

15.1.1 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

II - ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

15.2 Após o encerramento da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços no **prazo de 05 (cinco) dias**, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei n. 14.133, de 2021;

15.2.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante melhor classificado e convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

15.2.2. Na hipótese do convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no item 15.2 e subitem 15.2.1, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado;

15.2.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata o subitem 15.2.2 aceitar a contratação nos termos previstos no referido subitem, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) convocar os licitantes que mantiverem sua proposta original, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

III - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

15.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, será pelo período de 01(um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (Art. 84, Lei 14.133/2021).

15.3.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

15.3.2. Desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, a ata poderá ser prorrogada por igual período, envolvendo a prorrogação de todos os termos deste termo, **inclusive seus quantitativos.**

IV - PREÇOS REGISTRADOS:

15.4. O preço registrado e a indicação dos respectivos detentores da ata serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

15.5. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços;

15.6. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil;

15.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada (Art. 86, Lei 14.133/2021);

V - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

15.8. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei n. 14.133/ 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
- c) na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei n. 14.133, de 2021.

15.9. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, torna-se superior o preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:

- a) Convocar o Detentor da Ata visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) Frustrada a negociação, o Detentor da Ata será liberado do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais licitantes que tiveram preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

15.10. Quando o preço de mercado se tornar superior aos registrados, o Detentor da Ata, mediante requerimento comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá:

- a) Liberar o Detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b) Convocar os demais Detentores da Ata visando igual oportunidade de negociação;
- c) Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

15.11. O Detentor da Ata terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva nota de empenho, instrumento equivalente ou assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) O Cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração.

15.12. Nas Atas de Registro de Preços são indicados um Fiscal e o Gestor, que será responsável pelas rotinas de controle dessas atas, como:

- a) Controle dos saldos;
- b) Vigência da ata;
- c) Controle sobre o Cadastro Reserva, os quais, quando houver, serão registrados na Ata de Registro de Preços, em sintonia com o Art. 82, § 5º, inciso VI;
- d) Controle das Solicitações de Consumos de Ata;
- e) Controle sobre as entregas, seus locais e seus prazos;
- f) Controle sobre o recebimento do objeto;
- g) Controle sobre as liquidações de Notas Fiscais;
- h) Controle das obrigações de ambas as partes;
- i) Controle sobre eventuais solicitações de troca de marca e de prorrogação do prazo de entrega;
- j) Controle sobre eventuais notificações e eventuais sanções, entre outros.

15.13. Os órgãos ou entidades que não participarem do procedimento licitatório poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei n. 14.133/2021;
- c) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

15.14 A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

- a) Por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou
- b) Por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

15.15. Limites de adesão a ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes:



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

a) As adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

b) O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.16. Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de Detentores a terem preços registrados, convocará os representantes para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

15.17. A contratação com os detentores da Ata de Registro de Preços será formalizada por intermédio do instrumento de contratual, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no art. 95 da Lei n. 14.133/2021;

15.18. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 124 da Lei 14.133/2021, e as condições previstas neste edital;

16.0 DO ACOMPANHAMENTO

16.1 A execução do objeto será fiscalizada pelo setor competente, com autoridade para exercer, em nome do Município, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização objeto do contrato.

17.0 DA FISCALIZAÇÃO

18.1 Nos termos dos artigos 92 inciso XVIII e art. 117 da Lei n. 14.133/2021, a Administração designará o servidor pertencente ao quadro para acompanhar e fiscalizar a execução do mesmo, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

18.0 DO PAGAMENTO

18.1 O prazo para pagamento das notas fiscais apresentadas será de 30 (trinta) dias contados a partir da entrega da nota fiscal, devidamente atestada e acompanhadas das certidões negativas, no protocolo da SEFIN (Secretaria de Finanças) devendo esta ser apresentada, com o atesto do fiscal do contrato, acompanhadas da seguinte documentação hábil à quitação: Nota fiscal; Ordem de Fornecimento/Serviços, com o respectivo termo de recebimento, atestado pelo setor competente da Prefeitura; Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Certidão de Débitos Trabalhistas.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

18.2 Os documentos de cobrança relacionados acima, deverão ser apresentados nas Secretarias Solicitantes, dos quais após atestados pela autoridade competente e aprovados pelo Fiscal do Contrato serão encaminhados ao Setor Financeiro para fins de liquidação da despesa e inclusão na lista classificatória de credores.

18.3 O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º§ 2º, inciso III, da Lei n. 4.320/1964, art. 141 da Lei n. 14.133/2021.

18.4 No ato do pagamento, a CONTRATANTE efetuará a retenção na fonte dos tributos e contribuições previstas em lei, desde que os mesmos sejam incidentes sobre os produtos fornecidos.

18.5 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

18.6 É vedado qualquer reajuste de preços pelo prazo de 12 (doze) meses do contrato, exceto por força de legislação ulterior que o permita, porém, poderá haver revisão de valores, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial da proposta, nos termos do art. 124, II "d", da Lei n. 14.133/2021, desde que demonstrado, por parte do fornecedor, alteração substancial nos preços praticados no mercado, por motivo de força maior, caso fortuito, fato do príncipe e /ou fato da administração, desde que imprevisíveis ou de difícil previsão, observado em qualquer caso o disposto em lei e nesse Edital.

Parágrafo Único: O prazo de 30 (trinta) dias para pagamento das notas fiscais, que se trata o subitem 19.1 deste edital, será contado a partir da data da entrega da nota fiscal na Secretaria de Finanças deste Município, sendo a data da liquidação da Nota Fiscal no Sistema de Contabilidade utilizada pelo município, conforme versa a liquidação estabelecida no Art. 63 da Lei n. 4.320/1964.

20.0 DOS REAJUSTES DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

20.1 O valor contratado poderá ser reajustado, após 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, observada a variação do IPC-A para o período ou outro indicador que venha a substituí-lo, em conformidade com o prazo estabelecido e mediante acordo formal entre as partes;

20.2. O reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado a data base de apresentação orçamento, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período;

20.3 Para majorar, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 124, II "d", da Lei n. 14.133/2021, desde que demonstrado, por parte da contratada, alteração substancial nos preços praticados no mercado, em caso de força



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato;

20.4 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação;

20.5 O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de até 30 (dias), contado da data do pedido da documentação.

21.0 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO ou EXECUÇÃO DO SERVIÇO

21.1 O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art. 140, inciso II, alíneas "a" e "b", em se tratando de compras, ou o inciso I, alíneas "a" e "b", no caso de serviços, ambos descritos na Lei n. 14.133/2021, com alterações posteriores e nos termos fixados no Anexo II, observando-se a sua conformidade com as previsões deste Instrumento Convocatório.

22.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, conforme disposto no art. 156 da lei n. 14.133/2021:

- I – Advertência;
- II – Multa;
- III – Impedimento de licitar e contratar;
- IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.3. Será aplicada a sanção prevista no inciso I do item 22.1 na hipótese de inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

22.4. Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma:



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

22.4.1. De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na entrega/prestação do serviço, observada a seguinte gradação:

- a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%;
- b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%;
- c) Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%;
- d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%;
- e) Acima de 20 dias: multa de 30%.

22.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;

22.6 Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 22.1 será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

22.7. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 22.1 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

22.8 A sanção prevista no inciso III do item 21.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei n. 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar com o Município de Riachuelo/SE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.9 A sanção prevista no inciso IV do item 22.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei n. 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

22.10 A sanção estabelecida no inciso IV do item 22.1 será precedida de análise jurídica;

22.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;

22.12 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

22.13 A aplicação das sanções previstas no item 22.1 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

23.0 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1 As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Programa do Município e Fundos para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, tomada às devidas cautelas de para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil prévio a cada necessidade de compra/serviço, cujo programa de trabalho e elemento de despesa específico constarão nas respectivas Notas de Empenhos.

24.0 DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

24.1 Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação;

Parágrafo Único: A notificação a que se refere o *caput* deste artigo será enviada pelo correio, com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA mediante recibo ou, na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial do Município e no quadro de avisos da Prefeitura.

24.2 Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até **48 (quarenta e oito) horas**, após o recebimento da notificação, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do fornecimento/serviço encaminhará a Comissão de Processo Administrativo a qual instaurará processo administrativo punitivo;

24.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no item 24.4 deste edital. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas em Lei;

24.4 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 24.1 deste edital requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada que avaliará os fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

24.5 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação;

24.6 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

24.7 Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do do item 24.1 deste edital, serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 14.133/2021, do qual estabelece a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos;

24.8 A Administração Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal, observado o disposto no art. 169, § 3º da Lei n. 14.133/2021.

25 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

25.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

25.2 A impugnação e pedido de esclarecimento deverão ser realizadas na forma eletrônica através do site www.portaldecompraspublicas.com.br/;

25.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

25.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

25.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

25.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

25.7 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

26 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico;

26.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;

26.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

observarão o horário de Brasília – DF;

26.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

26.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

26.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

26.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE;

26.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

26.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, <http://www.riachuelo.se.gov.br>, e www.portaldecompraspublicas.com.br;

26.11. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

26.12. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;

26.13 Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

26.14 Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

26.15 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e releva omissões e erros formais, observadas na documentação e



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto na Lei n. 14.133/2021;

26.16 O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;

26.17 As decisões do Pregoeiro serão publicadas no site da Prefeitura Municipal, no endereço: <http://www.riachuelo.se.gov.br>;

26.18 A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

26.19 A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Órgão Solicitante revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;

26.20 Para atender a seus interesses, o órgão solicitante poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, assim, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) conforme dispõe o art. 125, da Lei n. 14.133/2021;

26.21 O órgão solicitante poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

26.22 Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei. A publicidade será diferida:

I – quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;

II – quanto ao orçamento da Administração, quando o mesmo tiver caráter sigiloso.

26.23 Fazem parte integrante deste edital os anexos, como se nele estivessem transcritos:

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II – Modelo de Proposta.

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO IV – Declarações Gerais

ANEXO V – Minuta do Contrato

27. DO FORO

27.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Riachuelo/SE, para dirimir questões oriundas desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Riachuelo (SE), 27 de Maio de 2026

Izaura Maria Moura Ferreira Almeida
Agente de Contratação/Pregoeiro



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO/SE
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Referência é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de aparelhos de ar-condicionado**, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE, na qualidade de entidade gerenciadora, e dos órgãos participantes Fundo Municipal de Saúde — FMS e Fundo Municipal de Assistência Social — FMAS, conforme especificações técnicas, quantitativos estimados e condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, pelo **Sistema de Registro de Preços — SRP**, com critério de julgamento de **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023 e demais normas aplicáveis.

1.3. O objeto compreende o fornecimento de aparelhos de ar-condicionado do tipo split, em diferentes capacidades, incluindo equipamentos de **12.000 BTUs, 18.000 BTUs, 24.000 BTUs, 30.000 BTUs e 36.000 BTUs**, a serem entregues nos locais indicados pela Administração.

1.4. A contratação **não abrange serviço de instalação**, limitando-se à aquisição, fornecimento, transporte, carga, descarga, entrega dos equipamentos, garantia e demais obrigações diretamente relacionadas ao fornecimento dos bens.

1.5. Os itens objeto da contratação são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO	COTA	QTD.	UND.
01	Ar-condicionado split 18.000 BTUs	Reservada ME/EPP	11	UND
02	Ar-condicionado split 24.000 BTUs	Reservada ME/EPP	09	UND
03	Ar-condicionado split 30.000 BTUs, ciclo frio	Reservada ME/EPP	08	UND
04	Ar-condicionado split 36.000 BTUs, ciclo frio	Reservada ME/EPP	08	UND
05	Ar-condicionado split 12.000 BTUs, ciclo frio	Reservada ME/EPP	12	UND



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO	COTA	QTD.	UND.
06	Ar-condicionado split 18.000 BTUs	Ampla concorrência	35	UND
07	Ar-condicionado split 24.000 BTUs	Ampla concorrência	30	UND
08	Ar-condicionado split 30.000 BTUs, ciclo frio	Ampla concorrência	25	UND
09	Ar-condicionado split 36.000 BTUs, ciclo frio	Ampla concorrência	24	UND
10	Ar-condicionado split 12.000 BTUs, ciclo frio	Ampla concorrência	38	UND

1.6. Para fins de detalhamento técnico mínimo, os equipamentos deverão observar as seguintes especificações:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTD.	UND.
01	Ar-condicionado 18.000 BTUs tipo split , gabinete interno em plástico PVC ou material equivalente, gabinete externo em material resistente, controle automático de temperatura por termostato, mínimo de duas velocidades selecionáveis no modo ventilador, fluxo de ar ajustável, dreno, cabo de alimentação, tensão 220 volts, controle remoto sem fio, compressor compatível com a capacidade do equipamento, classificação de eficiência energética “A” ou equivalente, garantia mínima de 12 meses, acompanhado de manual, controle remoto e acessórios de fábrica.	11	UND
02	Ar-condicionado 24.000 BTUs tipo split , gabinete interno em plástico PVC ou material equivalente, gabinete externo em material resistente, controle automático de temperatura por termostato, mínimo de duas velocidades selecionáveis no modo ventilador, fluxo de ar ajustável, dreno, cabo de alimentação, tensão 220 volts, controle remoto sem fio, compressor compatível com a capacidade do equipamento, classificação de eficiência energética “A” ou equivalente, garantia mínima de 12 meses, acompanhado de manual, controle remoto e acessórios de fábrica.	09	UND
03	Ar-condicionado split 30.000 BTUs , ciclo frio, tensão 220 volts, sistema monofásico, classificação energética “A” ou equivalente,	08	UND



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTD.	UND.
	controle remoto, funções de refrigeração, ventilação, desumidificação e modo automático, gás refrigerante compatível com as normas aplicáveis, garantia mínima de 12 meses, acompanhado de manual, controle remoto e acessórios de fábrica.		
04	Ar-condicionado split 36.000 BTUs , ciclo frio, tensão 220 volts, sistema monofásico, classificação energética “A” ou equivalente, controle remoto, funções de refrigeração, ventilação, desumidificação e modo automático, gás refrigerante compatível com as normas aplicáveis, garantia mínima de 12 meses, acompanhado de manual, controle remoto e acessórios de fábrica.	08	UND
05	Ar-condicionado split 12.000 BTUs , ciclo frio, tensão 220 volts, controle remoto, filtro, timer, swing, classificação energética “A” ou equivalente, garantia mínima de 12 meses, acompanhado de manual, controle remoto e acessórios de fábrica.	12	UND
06	Ar-condicionado 18.000 BTUs tipo split , gabinete interno em plástico PVC ou material equivalente, gabinete externo em material resistente, controle automático de temperatura por termostato, mínimo de duas velocidades selecionáveis no modo ventilador, fluxo de ar ajustável, dreno, cabo de alimentação, tensão 220 volts, controle remoto sem fio, compressor compatível com a capacidade do equipamento, classificação de eficiência energética “A” ou equivalente, garantia mínima de 12 meses, acompanhado de manual, controle remoto e acessórios de fábrica. (Ampla concorrência)	35	UND
07	Ar-condicionado 24.000 BTUs tipo split , gabinete interno em plástico PVC ou material equivalente, gabinete externo em material resistente, controle automático de temperatura por termostato, mínimo de duas velocidades selecionáveis no modo ventilador, fluxo de ar ajustável, dreno, cabo de alimentação, tensão 220 volts, controle remoto sem fio,	30	UND



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTD.	UND.
	compressor compatível com a capacidade do equipamento, classificação de eficiência energética “A” ou equivalente, garantia mínima de 12 meses, acompanhado de manual, controle remoto e acessórios de fábrica. (Ampla concorrência)		
08	Ar-condicionado split 30.000 BTUs , ciclo frio, tensão 220 volts, sistema monofásico, classificação energética “A” ou equivalente, controle remoto, funções de refrigeração, ventilação, desumidificação e modo automático, gás refrigerante compatível com as normas aplicáveis, garantia mínima de 12 meses, acompanhado de manual, controle remoto e acessórios de fábrica. (Ampla concorrência)	25	UND
09	Ar-condicionado split 36.000 BTUs , ciclo frio, tensão 220 volts, sistema monofásico, classificação energética “A” ou equivalente, controle remoto, funções de refrigeração, ventilação, desumidificação e modo automático, gás refrigerante compatível com as normas aplicáveis, garantia mínima de 12 meses, acompanhado de manual, controle remoto e acessórios de fábrica. (Ampla concorrência)	24	UND
10	Ar-condicionado split 12.000 BTUs , ciclo frio, tensão 220 volts, controle remoto, filtro, timer, swing, classificação energética “A” ou equivalente, garantia mínima de 12 meses, acompanhado de manual, controle remoto e acessórios de fábrica. (Ampla concorrência)	38	UND

DEMANADA POR REQUISITANTE

Ite m	Descrição resumida	Administraç ão /Geral	Educação	Saúde/FM S	Assistência Social/FMA S	Quantidade e total estimada
1	Ar-condicionado split 18.000 BTUs	5	25	10	6	46



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

Item	Descrição resumida	Administração / Geral	Educação	Saúde/FMS	Assistência Social/FMAS	Quantidade e total estimada
2	Ar-condicionado split 24.000 BTUs	0	30	4	5	39
3	Ar-condicionado split 30.000 BTUs	0	25	5	3	33
4	Ar-condicionado split 36.000 BTUs	0	25	2	5	32
5	Ar-condicionado split 12.000 BTUs	0	15	25	10	50

1.7. Tratamento diferenciado para ME/EPP e divisão em cota reservada e ampla concorrência

1.7.1. Considerando que os itens da contratação possuem natureza divisível e que os valores estimados totais por capacidade ultrapassam o limite de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, a Administração adotará a divisão dos quantitativos em **cota reservada para Microempresas — ME e Empresas de Pequeno Porte — EPP** e **cota principal destinada à ampla concorrência**, em observância ao tratamento diferenciado previsto no art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006.

1.7.2. Assim, os itens **01 a 05** corresponderão à **cota reservada para ME/EPP**, enquanto os itens **06 a 10** corresponderão à **cota principal destinada à ampla concorrência**, mantendo-se a mesma especificação técnica dos respectivos equipamentos e diferenciando-se apenas quanto ao quantitativo reservado.

1.7.3. Caso o mesmo licitante seja vencedor da cota reservada e da cota principal correspondente ao mesmo item, deverá praticar o mesmo preço unitário para ambas as cotas, adotando-se, obrigatoriamente, o menor valor ofertado entre elas.

1.8. A contratação ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, nota de empenho, autorização de fornecimento ou instrumento equivalente pela



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

Administração, sem obrigatoriedade de consumo mínimo ou de aquisição integral dos quantitativos registrados, sendo as quantidades apresentadas meramente estimativas.

1.9. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 meses**, contados na forma da legislação aplicável, podendo as contratações dela decorrentes ser formalizadas conforme a necessidade da entidade gerenciadora e dos órgãos participantes, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

1.10. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza futura e eventual da demanda, pela necessidade de atendimento a mais de um órgão, pela possibilidade de fornecimento parcelado e pela conveniência administrativa de registrar preços para aquisições conforme a necessidade efetiva durante a vigência da ata.

1.11. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **bens comuns**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, permitindo disputa por Pregão Eletrônico e julgamento pelo critério de menor preço por item.

1.12. A Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE atuará como **entidade gerenciadora** da Ata de Registro de Preços, cabendo-lhe a condução do procedimento licitatório e o gerenciamento da ata. O Fundo Municipal de Saúde — FMS e o Fundo Municipal de Assistência Social — FMAS atuarão como **órgãos participantes**, podendo realizar contratações decorrentes da ata conforme suas demandas e disponibilidade orçamentária.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação decorre da necessidade de assegurar condições adequadas de climatização nos prédios e unidades públicas vinculadas à Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE, ao Fundo Municipal de Saúde — FMS e ao Fundo Municipal de Assistência Social — FMAS, especialmente nos ambientes destinados ao atendimento da população, ao desenvolvimento de atividades administrativas e à execução de serviços públicos essenciais.

2.2. A necessidade administrativa está relacionada à melhoria das condições de funcionamento dos espaços públicos municipais, considerando que ambientes excessivamente quentes ou sem climatização adequada podem comprometer o conforto térmico dos usuários, a produtividade dos servidores, a qualidade do atendimento prestado e



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

a conservação de equipamentos, documentos e materiais utilizados nas rotinas administrativas.

2.3. No âmbito das unidades de saúde, a climatização adequada contribui para melhores condições de atendimento aos pacientes, servidores e demais usuários dos serviços públicos, especialmente em locais de espera, atendimento, procedimentos administrativos e demais ambientes de permanência prolongada.

2.4. Nas unidades educacionais e administrativas, os aparelhos de ar-condicionado auxiliam na manutenção de ambientes mais apropriados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, de gestão, planejamento, atendimento ao público, reuniões, organização documental e demais rotinas próprias do serviço público municipal.

2.5. Nos equipamentos vinculados à assistência social, a climatização dos ambientes contribui para o acolhimento adequado dos usuários, incluindo famílias, crianças, adolescentes, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade social, que frequentemente necessitam de atendimento técnico e administrativo em espaços apropriados e minimamente confortáveis.

2.6. A contratação contempla aparelhos de ar-condicionado do tipo split, em diferentes capacidades, de modo a permitir a adequação dos equipamentos às características dos ambientes a serem atendidos. A previsão de capacidades distintas busca atender espaços com dimensões e necessidades variadas de refrigeração.

2.7. A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, pelo **Sistema de Registro de Preços**, com critério de julgamento de **menor preço por item**, por se tratar de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

2.8. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza futura e eventual da demanda, pela necessidade de atendimento a mais de um órgão, pela possibilidade de contratações parceladas e pela conveniência de registrar preços durante a vigência da ata, sem obrigatoriedade de aquisição imediata da totalidade dos quantitativos estimados.

2.9. A Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE atuará como entidade gerenciadora da Ata de Registro de Preços, cabendo-lhe a condução do procedimento licitatório e o gerenciamento da ata. O Fundo Municipal de Saúde — FMS e o Fundo Municipal de Assistência Social — FMAS



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

atuarão como órgãos participantes, podendo realizar contratações conforme suas necessidades e disponibilidade orçamentária.

2.10. A contratação encontra respaldo no planejamento administrativo e na fase preparatória prevista na Lei nº 14.133/2021, devendo observar, ainda, as disposições aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços, especialmente quanto à definição do objeto, estimativa de quantitativos, pesquisa de preços, critérios de julgamento, obrigações das partes, gestão, fiscalização e recebimento do objeto.

2.11. Desse modo, a contratação revela-se necessária para viabilizar a aquisição planejada, padronizada e economicamente adequada de aparelhos de ar-condicionado, contribuindo para a melhoria das condições de atendimento, trabalho e funcionamento das unidades públicas municipais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução proposta consiste na realização de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, pelo **Sistema de Registro de Preços — SRP**, para futura e eventual aquisição de aparelhos de ar-condicionado do tipo split, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE, na qualidade de entidade gerenciadora, e dos órgãos participantes Fundo Municipal de Saúde — FMS e Fundo Municipal de Assistência Social — FMAS.

3.2. A solução compreende equipamentos de diferentes capacidades de refrigeração, especificamente **12.000 BTUs, 18.000 BTUs, 24.000 BTUs, 30.000 BTUs e 36.000 BTUs**, definidos em razão da diversidade dos ambientes públicos a serem atendidos e da necessidade de adequação da capacidade do aparelho ao espaço físico de utilização.

3.3. **Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução abrange, de forma integrada, as seguintes etapas:** planejamento da demanda, registro dos preços, emissão da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, fornecimento dos equipamentos, transporte, entrega, recebimento provisório e definitivo, utilização dos aparelhos, garantia e eventual substituição ou correção de bens que apresentem defeito ou desconformidade.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

3.4. Na fase de fornecimento, a contratada deverá entregar equipamentos novos, de primeiro uso, em linha regular de fabricação, acompanhados dos respectivos acessórios de fábrica, controles remotos, manuais, documentos de garantia, etiquetas ou informações de eficiência energética, quando aplicáveis, e demais elementos necessários à adequada utilização do bem.

3.5. Na fase de entrega, a contratada deverá realizar o transporte, carga, descarga e disponibilização dos equipamentos nos locais indicados pela Administração, observando os prazos, quantitativos, condições de acondicionamento e integridade dos bens.

3.6. Na fase de uso, os aparelhos serão empregados na climatização de ambientes públicos municipais, contribuindo para melhores condições de atendimento aos usuários dos serviços públicos, de trabalho aos servidores e de funcionamento das unidades administrativas, escolares, de saúde, assistenciais e demais espaços abrangidos pela contratação.

3.7. No que se refere à garantia, a solução deverá contemplar a responsabilidade da contratada pelo funcionamento dos equipamentos durante o prazo mínimo definido neste Termo de Referência, sem prejuízo das garantias legais aplicáveis. Durante esse período, a contratada deverá corrigir falhas, reparar defeitos, substituir peças ou substituir o equipamento, quando necessário, conforme as condições estabelecidas.

3.8. A assistência técnica exigida no âmbito desta contratação vincula-se à garantia do produto, não se confundindo com contratação de manutenção preventiva ou corretiva continuada. Caso a Administração identifique necessidade de manutenção periódica dos aparelhos, tal demanda deverá ser avaliada em procedimento próprio, sem prejuízo das obrigações de garantia assumidas pela contratada.

3.9. Quanto aos aspectos ambientais do ciclo de vida, a solução deverá observar critérios de eficiência energética, uso adequado dos equipamentos e destinação apropriada das embalagens e resíduos decorrentes do fornecimento.

3.10. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitação formal da Administração, sem obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos registrados. Essa forma de execução é compatível com o Sistema de Registro de Preços e permite que os equipamentos sejam adquiridos conforme a necessidade efetiva, a disponibilidade orçamentária e a conveniência administrativa.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

3.11. A escolha do critério de julgamento de **menor preço por item** integra a solução como um todo, pois cada capacidade de aparelho constitui item autônomo, com preço referencial próprio e possibilidade de fornecimento independente. Essa modelagem favorece a competitividade e possibilita a seleção da proposta mais vantajosa para cada item.

3.12. Desse modo, a solução proposta mostra-se apta a atender à necessidade administrativa identificada, contemplando as etapas essenciais do ciclo de vida do objeto, desde o planejamento e o registro de preços até o fornecimento, entrega, utilização, garantia e controle dos impactos decorrentes da aquisição.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá contemplar a futura e eventual aquisição de aparelhos de ar-condicionado do tipo split, por meio do Sistema de Registro de Preços — SRP, conforme especificações, quantitativos estimados, condições de fornecimento e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, em linha regular de fabricação, entregues em perfeitas condições de funcionamento, livres de avarias, defeitos de fabricação, vícios aparentes ou ocultos, acompanhados dos respectivos manuais, controles remotos, acessórios de fábrica e documentação de garantia.

4.3. Os aparelhos deverão atender às capacidades de refrigeração previstas para cada item da contratação, compreendendo equipamentos de **12.000 BTUs, 18.000 BTUs, 24.000 BTUs, 30.000 BTUs e 36.000 BTUs**, conforme especificações técnicas mínimas constantes deste Termo de Referência.

4.4. Os equipamentos deverão observar, no mínimo, as seguintes características gerais, conforme aplicável a cada item: tipo split, ciclo frio, tensão 220 volts, controle remoto sem fio, sistema de ventilação ajustável, função de refrigeração, filtro, dreno, compressor compatível com a capacidade do aparelho, classificação de eficiência energética “A” ou equivalente, manual do fabricante e garantia mínima de 12 meses.

4.5. As especificações deverão ser interpretadas como requisitos mínimos de desempenho e qualidade, admitindo-se o fornecimento de equipamentos com características superiores,



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

desde que compatíveis com o objeto, sem alteração do preço contratado e sem prejuízo à regular utilização dos bens pela Administração.

4.6. A contratada deverá fornecer os equipamentos nos locais indicados pela Administração, responsabilizando-se pelo transporte, carga, descarga, entrega, garantia e demais providências necessárias ao regular cumprimento do objeto.

4.7. Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados dos respectivos manuais, controles remotos, acessórios de fábrica, documentos de garantia e demais itens necessários à sua regular utilização.

4.8. A contratada deverá responsabilizar-se por todos os custos necessários ao fornecimento dos aparelhos, incluindo transporte, carga, descarga, tributos, encargos, embalagem e demais despesas diretas e indiretas relacionadas à entrega dos bens.

4.9. A contratação não inclui serviço de instalação dos equipamentos, cabendo à Administração adotar, se necessário, providências próprias para posterior colocação dos aparelhos em uso.

4.10. O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, nota de empenho, autorização de fornecimento ou instrumento equivalente, conforme a necessidade da entidade gerenciadora e dos órgãos participantes.

4.11. A contratada deverá cumprir o prazo máximo de **até 20 dias úteis** para entrega dos equipamentos, contado do recebimento da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, salvo prazo diverso expressamente autorizado pela Administração em razão da quantidade solicitada ou de justificativa administrativa.

4.12. Os locais de entrega serão indicados pela Administração, podendo compreender prédios administrativos, unidades escolares, unidades de saúde, equipamentos da assistência social e demais espaços públicos vinculados à Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE, ao FMS e ao FMAS.

4.13. Os equipamentos deverão possuir **garantia mínima de 12 meses**, contados do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação e funcionamento, sem prejuízo das garantias legais aplicáveis.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

4.14. Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar o suporte necessário à correção de defeitos, reparo, substituição de peças ou substituição do equipamento, quando constatado vício de fabricação ou mau funcionamento não decorrente de uso inadequado.

4.15. Verificada qualquer desconformidade, defeito, avaria, ausência de acessório, divergência de capacidade, tensão incompatível ou falha de funcionamento, a contratada deverá promover a substituição, correção ou reparo necessário no **prazo máximo de até 5 dias úteis**, contado da notificação da Administração, sem ônus adicional para a contratante.

4.16. Os equipamentos entregues estarão sujeitos ao recebimento provisório e definitivo, mediante conferência da quantidade, especificações técnicas, integridade física, acessórios, documentação e garantia.

4.17. A Administração poderá recusar, total ou parcialmente, os equipamentos que estejam em desacordo com as especificações, com a proposta vencedora, com a Ordem de Fornecimento ou com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.18. A contratada deverá manter comunicação regular com a Administração, especialmente para confirmação dos locais de entrega, horários de recebimento, registro de impedimentos e solução de ocorrências durante a execução.

4.19. A contratada deverá cumprir todas as obrigações legais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de segurança aplicáveis à execução do objeto.

4.20. A contratada será responsável por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão do fornecimento, transporte, carga, descarga ou entrega dos equipamentos, quando decorrentes de ação, omissão, imperícia, negligência ou imprudência de seus empregados, prepostos ou representantes.

4.21. Como requisito de habilitação, poderá ser exigida da licitante a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre experiência no fornecimento de aparelhos de ar-condicionado, equipamentos de climatização ou objeto similar.

4.22. A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade compatíveis com o objeto, especialmente quanto à eficiência energética dos equipamentos, ao uso racional de energia e à destinação adequada de embalagens e resíduos provenientes do fornecimento.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

4.23. As exigências técnicas e de habilitação deverão ser proporcionais à complexidade do objeto, evitando restrições indevidas à competitividade, indicação injustificada de marcas ou modelos específicos e condições que não sejam indispensáveis ao atendimento da necessidade administrativa.

5. MODELO DE GESTÃO DA ATA E DAS CONTRATAÇÕES DELA DECORRENTES

5.1. A Ata de Registro de Preços e as contratações dela decorrentes deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com este Termo de Referência, com o edital, com a proposta vencedora e com as normas da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023.

5.2. A Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE atuará como **entidade gerenciadora** da Ata de Registro de Preços, cabendo-lhe a condução do procedimento licitatório, o gerenciamento da ata, o controle dos saldos registrados, a coordenação dos órgãos participantes e a adoção das providências necessárias à regular execução do Sistema de Registro de Preços.

5.3. O Fundo Municipal de Saúde — FMS e o Fundo Municipal de Assistência Social — FMAS atuarão como **órgãos participantes**, podendo realizar contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, conforme suas necessidades, disponibilidade orçamentária e condições estabelecidas no edital, na ata e neste Termo de Referência.

5.4. As contratações decorrentes da Ata serão formalizadas mediante emissão de Ordem de Fornecimento, nota de empenho, contrato ou outro instrumento hábil, conforme o caso, observadas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, neste Termo de **Referência e na legislação aplicável**.

5.5. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 meses**, observada a forma de contagem prevista na legislação aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

5.6. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitação formal da entidade gerenciadora ou dos órgãos participantes, não havendo obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos registrados.

5.7. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de e-mail institucional, sistema eletrônico,



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

ofício, notificação formal ou outro meio idôneo que permita comprovar o envio e o recebimento das informações.

5.8. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências imediatas, alinhamento de cronograma, esclarecimento de condições de entrega, correção de falhas ou solução de ocorrências relacionadas à execução do objeto.

5.9. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços e, quando for o caso, do instrumento contratual ou equivalente, a Administração poderá promover reunião inicial com a contratada para alinhamento das rotinas de fornecimento, prazos, locais de entrega, critérios de recebimento, comunicação entre as partes, garantia e demais aspectos necessários à adequada execução do objeto.

Fiscalização

5.10. A execução da Ata e das contratações dela decorrentes deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.11. A fiscalização deverá abranger o fornecimento dos equipamentos, verificando a conformidade dos bens entregues, dos acessórios fornecidos, da documentação apresentada, dos prazos e das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Fiscalização técnica

5.12. O fiscal da contratação acompanhará a execução do objeto, verificando o cumprimento das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual ou equivalente, na Ordem de Fornecimento e neste Termo de Referência.

5.13. Compete à fiscalização técnica, entre outras atribuições:

I – acompanhar a entrega dos aparelhos de ar-condicionado nos locais indicados pela Administração;

II – verificar se os equipamentos entregues correspondem à capacidade, tensão, ciclo, classificação energética, acessórios e demais características exigidas para cada item;

III – conferir a integridade física dos equipamentos, controles remotos, manuais, documentos de garantia e acessórios de fábrica;

IV – registrar eventuais atrasos, falhas, desconformidades, avarias, defeitos, ausência de acessórios ou quaisquer ocorrências relevantes;



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

V – notificar a contratada para correção, substituição, reparo ou adequação do objeto, fixando prazo compatível com a irregularidade identificada;

VI – informar ao gestor da Ata ou da contratação as situações que ultrapassem sua competência ou que possam comprometer a regular execução do objeto.

5.14. O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição necessária para a regularização das falhas observadas, inclusive quanto a atrasos no fornecimento, recusas de equipamentos, acionamento de garantia e providências adotadas pela contratada.

5.15. Identificada qualquer inexecução, irregularidade ou desconformidade, o fiscal comunicará formalmente a contratada para adoção das providências necessárias, sem prejuízo de comunicação ao gestor da Ata ou da contratação para eventual adoção de medidas administrativas.

Gestor da Ata / Gestor da contratação

5.16. O gestor da Ata ou da contratação coordenará o acompanhamento administrativo da execução, promovendo a atualização dos registros formais, dos saldos da ata, das solicitações emitidas, das ordens de fornecimento, das ocorrências verificadas, das medidas adotadas e dos documentos produzidos durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.17. Compete ao gestor, entre outras atribuições:

I – controlar os quantitativos registrados e os saldos disponíveis por item;

II – acompanhar as contratações realizadas pela entidade gerenciadora e pelos órgãos participantes;

III – coordenar, quando necessário, o fluxo de comunicação entre contratada, fiscais, unidades demandantes, setor de compras, setor de licitação e autoridade competente;

IV – acompanhar o cumprimento dos prazos de fornecimento, substituição, correção e atendimento em garantia;

V – verificar, com apoio dos setores competentes, a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de contratação, liquidação e pagamento;

VI – adotar providências administrativas diante de falhas de execução, atrasos, descumprimentos contratuais ou necessidade de aplicação de sanções;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

VII – encaminhar à autoridade competente as situações que demandem decisão superior, instauração de procedimento de responsabilização ou adoção de medidas sancionatórias;

VIII – manter histórico da execução, registrando desempenho da contratada, ocorrências relevantes e medidas de aprimoramento para futuras contratações.

5.18. O gestor acompanhará os registros realizados pela fiscalização e adotará, quando necessário, providências para assegurar a regular execução do objeto, inclusive quanto à substituição de equipamentos recusados, correção de desconformidades e atendimento de garantia.

5.19. O gestor encaminhará a documentação pertinente ao setor competente para fins de liquidação e pagamento, observados os equipamentos efetivamente fornecidos, recebidos e atestados pela fiscalização.

5.20. Ao final da vigência da Ata ou da contratação específica, o gestor poderá elaborar relatório conclusivo sobre a execução do objeto, contendo informações sobre o atendimento da necessidade administrativa, o desempenho da contratada, os saldos utilizados e eventuais recomendações para futuras contratações.

Recebimento e controle da execução

5.21. O recebimento dos equipamentos será realizado em duas etapas:

I – **recebimento provisório**, no ato da entrega, para conferência preliminar da quantidade, integridade dos equipamentos, documentação e condições aparentes;

II – **recebimento definitivo**, após verificação da conformidade do equipamento com as especificações do Termo de Referência, da proposta vencedora e da respectiva Ordem de Fornecimento.

5.22. O recebimento definitivo somente deverá ocorrer após a confirmação de que o equipamento foi entregue em conformidade com as especificações, acompanhado dos acessórios, manuais, controles remotos e documentação de garantia.

5.23. Caso sejam constatadas desconformidades, a Administração poderá recusar o recebimento, total ou parcial, cabendo à contratada promover a substituição, correção ou reparo necessário, sem ônus adicional para a contratante.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

5.24. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela garantia dos equipamentos, nem impede a posterior exigência de correção de vícios, defeitos ou falhas constatadas durante o período de garantia.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1. A medição do objeto será realizada com base nos aparelhos de ar-condicionado efetivamente fornecidos, entregues e aceitos pela Administração, observadas as especificações técnicas, os quantitativos, as unidades de medida, os preços registrados e as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na respectiva Ordem de Fornecimento.

6.2. O pagamento será devido somente em relação aos equipamentos regularmente entregues e recebidos definitivamente pela Administração, não havendo pagamento por itens não solicitados, não entregues, entregues em quantidade divergente ou recusados por desconformidade.

6.3. Para fins de medição, deverão ser considerados os seguintes elementos:

I – quantidade de equipamentos efetivamente solicitada na Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente;

II – quantidade de equipamentos efetivamente entregues no local indicado pela Administração;

III – conformidade dos equipamentos com a capacidade em BTUs, tensão, ciclo, eficiência energética, acessórios, garantia e demais especificações exigidas;

IV – aceitação formal do objeto pela fiscalização ou pelo setor competente.

6.4. O recebimento do objeto ocorrerá, preferencialmente, em duas etapas:

I – **provisoriamente**, no ato da entrega, para conferência preliminar da quantidade, integridade física dos equipamentos, documentação, acessórios e condições aparentes;

II – **definitivamente**, após a verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações deste Termo de Referência, da proposta vencedora, da Ata de Registro de Preços e da respectiva Ordem de Fornecimento.

6.5. O recebimento definitivo deverá considerar a comprovação de que o aparelho foi entregue em conformidade com as especificações exigidas, acompanhado dos acessórios,



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

manuals, controles, documentos de garantia e demais itens previstos neste Termo de Referência.

6.6. Caso sejam constatadas falhas, defeitos, avarias, divergência de capacidade, ausência de acessórios, tensão incompatível ou qualquer outra desconformidade, o equipamento poderá ser recusado, no todo ou em parte, hipótese em que a contratada deverá promover a substituição, correção ou reparo necessário, sem ônus para a Administração.

6.7. A medição será realizada por unidade de aparelho de ar-condicionado, conforme o item correspondente da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora, considerando-se o preço unitário registrado para cada capacidade de equipamento.

6.8. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a respectiva nota fiscal ou fatura, emitida em conformidade com os equipamentos efetivamente fornecidos e aceitos, acompanhada dos documentos exigidos contratualmente e das comprovações necessárias à regular liquidação da despesa.

6.9. A nota fiscal ou fatura deverá discriminar, no mínimo, o item fornecido, a quantidade, a unidade de medida, o valor unitário, o valor total, o número da Ordem de Fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, e demais informações necessárias à conferência pela Administração.

6.10. O pagamento será efetuado em até **30 dias**, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação regular da nota fiscal ou fatura, desde que não haja pendência a ser sanada pela contratada.

6.11. A nota fiscal ou fatura que apresentar incorreções, divergências, ausência de documentos ou inconsistência com o objeto efetivamente entregue e aceito será devolvida à contratada para correção, reiniciando-se a contagem do prazo de pagamento após a regularização da pendência.

6.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta indicada pela contratada, observadas a regular liquidação da despesa, a manutenção das condições de habilitação e as normas financeiras aplicáveis.

6.13. Nos casos de fornecimento parcelado, o pagamento será efetuado de forma proporcional aos equipamentos efetivamente entregues e recebidos em definitivo, conforme



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

as Ordens de Fornecimento emitidas pela entidade gerenciadora ou pelos órgãos participantes.

6.14. Não será efetuado pagamento antecipado, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e devidamente justificadas, observadas as exigências da legislação aplicável.

6.15. O pagamento não exime a contratada de suas responsabilidades contratuais e legais, especialmente quanto à garantia dos equipamentos, à correção de defeitos, à substituição de itens recusados e ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

6.16. Havendo atraso no pagamento por parte da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, poderão incidir os encargos legais cabíveis, na forma da legislação aplicável e das condições previstas no edital ou instrumento contratual.

6.17. Eventuais glosas poderão ser realizadas quando houver fornecimento parcial, desconformidade não sanada, descumprimento de obrigação contratual ou outra situação que impeça o pagamento integral do valor faturado.

6.18. A liquidação da despesa dependerá da comprovação de que o objeto foi regularmente executado, recebido e atestado pela fiscalização competente, nos termos deste Termo de Referência e da legislação aplicável.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

7.1. Forma de seleção do fornecedor

7.1.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, com adoção do critério de julgamento de **menor preço por item**, na forma do **Sistema de Registro de Preços — SRP**, por se tratar de aquisição de bens comuns.

7.1.2. O julgamento das propostas observará o menor preço ofertado para cada item, desde que atendidas às exigências de habilitação e a conformidade da proposta com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, do edital e de seus anexos.

7.1.3. Os itens serão disputados individualmente, considerando as diferentes capacidades dos aparelhos de ar-condicionado, quais sejam: **12.000 BTUs, 18.000 BTUs, 24.000 BTUs, 30.000 BTUs e 36.000 BTUs**, permitindo que a Administração selecione a proposta mais vantajosa para cada capacidade de equipamento.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

7.1.4. A adoção do julgamento por item justifica-se pela autonomia técnica e econômica de cada aparelho, uma vez que os equipamentos possuem capacidades, quantitativos e preços referenciais próprios, podendo ser fornecidos de forma independente, sem prejuízo à execução do objeto.

7.1.5. Em caso de empate ou nas hipóteses de empate ficto, deverá ser assegurado o tratamento favorecido às Microempresas — ME e Empresas de Pequeno Porte — EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas aplicáveis.

7.1.6. A aplicação de tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas — ME e Empresas de Pequeno Porte — EPP deverá ser disciplinada no edital, observada a natureza divisível do objeto, os valores estimados por item, a competitividade, a vantajosidade e as normas aplicáveis.

7.1.7. Não serão aceitas propostas que apresentem especificações incompatíveis com as exigências deste Termo de Referência, equipamentos inferiores aos requisitos mínimos definidos para cada item ou preços manifestamente inexequíveis.

7.1.8. A Administração poderá promover diligências para esclarecer informações constantes da proposta ou da habilitação, observados os limites legais, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, salvo hipóteses admitidas pela legislação.

7.2. Forma de fornecimento

7.2.1. O fornecimento ocorrerá de forma **parcelada e sob demanda**, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, nota de empenho, autorização de fornecimento ou instrumento equivalente pela entidade gerenciadora ou pelos órgãos participantes.

7.2.2. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 meses**, podendo as contratações dela decorrentes ser formalizadas conforme a necessidade da Administração, a disponibilidade orçamentária e o saldo registrado para cada item.

7.2.3. A contratada será responsável pelo fornecimento dos equipamentos, transporte, carga, descarga, entrega, garantia e demais providências necessárias à adequada execução do objeto.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

7.2.4. A entrega deverá ocorrer nos locais indicados pela Administração, podendo abranger prédios administrativos, unidades escolares, unidades de saúde, equipamentos da assistência social e demais espaços públicos vinculados à Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE, ao FMS e ao FMAS.

7.2.5. Cada Ordem de Fornecimento deverá indicar, no mínimo, o item solicitado, a quantidade, o local de entrega, o órgão demandante, o prazo de execução e o responsável pelo acompanhamento do recebimento.

7.2.6. A contratada deverá comunicar previamente à Administração qualquer impedimento técnico ou operacional que possa comprometer o prazo de entrega, apresentando justificativa e proposta de solução, sem prejuízo da análise pela fiscalização e da aplicação das medidas cabíveis.

7.2.7. O não atendimento às Ordens de Fornecimento, a entrega fora do prazo ou o fornecimento de equipamento incompatível com as especificações implicará adoção das medidas cabíveis, incluindo recusa do objeto, exigência de substituição ou correção, aplicação de sanções administrativas e, quando cabível, convocação de fornecedor remanescente.

7.3. Habilitação jurídica

7.3.1. Para fins de habilitação jurídica, o licitante deverá apresentar, conforme sua natureza jurídica:

- a) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) microempreendedor individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual — CCMEI, quando compatível com o objeto e com os limites legais aplicáveis;
- c) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade simples: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com comprovação da representação legal, quando cabível;
- d) filial, sucursal ou agência de sociedade empresária ou simples: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da respectiva sede;



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

e) sociedade cooperativa, se admitida a participação: ata de fundação, estatuto social e documentos de eleição de seus administradores, na forma da legislação aplicável.

7.3.2. Deverão ser apresentados, ainda, os documentos comprobatórios das alterações contratuais eventualmente ocorridas, ou a versão consolidada do ato constitutivo, quando houver.

7.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica — CNPJ.

7.4.2. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a Dívida Ativa da União, mediante apresentação de certidão conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

7.4.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.

7.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT.

7.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma da legislação aplicável.

7.4.7. Caso o licitante seja isento de algum tributo relacionado ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante documento idôneo emitido pelo órgão competente ou declaração na forma da legislação aplicável.

7.5. Qualificação econômico-financeira

7.5.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.5.2. No caso de sociedade simples, poderá ser exigida certidão negativa de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.

7.5.3. Quando a certidão não consignar expressamente seu prazo de validade, será considerado o prazo de **90 dias**, contado da data de sua emissão, salvo disposição diversa do órgão expedidor.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

7.5.4. Poderão ser exigidos outros documentos de qualificação econômico-financeira admitidos pela legislação, desde que proporcionais à complexidade e ao valor da contratação, devidamente previstos no edital.

7.6. Qualificação técnica

7.6.1. A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

7.6.2. O atestado deverá demonstrar experiência anterior no fornecimento de aparelhos de ar-condicionado, equipamentos de climatização ou objeto similar, em características compatíveis com a contratação pretendida.

7.6.3. A exigência de qualificação técnica deverá ser proporcional ao objeto, evitando restrição indevida à competitividade, sem prejuízo da necessidade de comprovação mínima de capacidade operacional para fornecimento dos equipamentos.

7.6.4. Quando necessário, a Administração poderá promover diligência para verificar a autenticidade e a veracidade das informações constantes dos atestados apresentados.

7.7. Disposições complementares

7.7.1. A proposta apresentada deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo fornecimento dos equipamentos, acessórios de fábrica, transporte, carga, descarga, entrega, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, garantia e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

7.7.2. A proposta deverá indicar marca e modelo dos equipamentos ofertados, quando exigido pelo sistema ou pelo edital, de modo a permitir a verificação da compatibilidade com as especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

7.7.3. A Administração poderá solicitar catálogo, ficha técnica, manual ou documento equivalente do fabricante para comprovar o atendimento às especificações exigidas, especialmente quanto à capacidade em BTUs, tensão, ciclo, eficiência energética, funcionalidades, garantia e demais características técnicas.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

7.7.4. Não serão aceitos equipamentos usados, recondicionados, remanufaturados, fora de linha, com avarias, sem garantia, sem documentação técnica mínima ou incompatíveis com as exigências deste Termo de Referência.

7.7.5. O preço ofertado deverá considerar que o objeto inclui fornecimento e entrega, não sendo admitida cobrança posterior de valores adicionais por transporte, carga, descarga, embalagem ou acessórios de fábrica necessários ao fornecimento regular dos equipamentos.

7.7.6. A Administração poderá recusar proposta que, embora aparente menor preço, apresente especificações inferiores às exigidas ou condicione a execução a pagamentos adicionais não previstos no edital.

7.8. Cooperativas

7.8.1. A participação de cooperativas será admitida quando compatível com a natureza do objeto e desde que não haja prejuízo à adequada execução do fornecimento dos aparelhos de ar-condicionado.

7.8.2. Caso admitida a participação de cooperativas, deverão ser observadas as exigências legais pertinentes, inclusive a apresentação dos documentos de constituição, regularidade, representação e comprovação de atuação compatível com o objeto.

7.8.3. A cooperativa deverá comprovar capacidade operacional para executar diretamente o objeto, especialmente quanto ao fornecimento dos equipamentos, garantia e atendimento das obrigações assumidas.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado da contratação foi apurado com base na pesquisa consolidada de preços realizada para a futura e eventual aquisição de aparelhos de ar-condicionado, adotando-se, para cada item, o respectivo preço unitário referencial constante do relatório de cotação que instrui a fase preparatória do procedimento.

8.2. Para definição dos valores estimados, foi utilizado o método da **média aritmética dos preços obtidos**, conforme registrado no relatório de cotação, considerando os quantitativos consolidados para atendimento da Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE, na qualidade de



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

entidade gerenciadora, e dos órgãos participantes Fundo Municipal de Saúde — FMS e Fundo Municipal de Assistência Social — FMAS.

8.3. A memória de cálculo observou a seguinte sistemática: **Valor total do item = quantitativo estimado x preço unitário referencial**

8.4. O valor global estimado da futura e eventual contratação é de **R\$ 853.197,09 (oitocentos e cinquenta e três mil, cento e noventa e sete reais e nove centavos)**.

8.5. Segue o demonstrativo dos valores estimados por item:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTD.	UND.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	Ar-condicionado split 18.000 BTUs	46	UND	R\$ 3.666,00 (três mil, seiscentos e sessenta e seis reais)	R\$ 168.636,00 (cento e sessenta e oito mil, seiscentos e trinta e seis reais)
02	Ar-condicionado split 24.000 BTUs	39	UND	R\$ 4.468,00 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais)	R\$ 174.252,00 (cento e setenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais)
03	Ar-condicionado split 30.000 BTUs, ciclo frio	33	UND	R\$ 5.159,73 (cinco mil, cento e cinquenta e nove reais e setenta e três centavos)	R\$ 170.271,09 (cento e setenta mil, duzentos e setenta e um reais e nove centavos)
04	Ar-condicionado split 36.000 BTUs, ciclo frio	32	UND	R\$ 7.192,00 (sete mil, cento e noventa e dois reais)	R\$ 230.144,00 (duzentos e trinta mil, cento e quarenta e quatro reais)
05	Ar-condicionado split 12.000 BTUs, ciclo frio	50	UND	R\$ 2.197,88 (dois mil, cento e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos)	R\$ 109.894,00 (cento e nove mil, oitocentos e noventa e quatro reais)



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

8.6. O somatório dos itens resulta no valor global estimado de **R\$ 853.197,09 (oitocentos e cinquenta e três mil, cento e noventa e sete reais e nove centavos)**.

8.7. Os quantitativos e valores estimados possuem caráter referencial, servindo de parâmetro para a licitação, para a análise das propostas e para a gestão da futura Ata de Registro de Preços, não implicando obrigação de contratação integral por parte da Administração.

8.8. Por se tratar de contratação mediante Sistema de Registro de Preços, as futuras aquisições ocorrerão conforme a necessidade efetiva da Administração, a disponibilidade orçamentária e financeira, o saldo registrado por item e as condições estabelecidas no edital, na Ata de Registro de Preços e neste Termo de Referência.

8.9. O preço proposto pela licitante deverá contemplar todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo fornecimento dos equipamentos, acessórios de fábrica, transporte, carga, descarga, entrega, garantia, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas à contratação.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes das futuras contratações oriundas da Ata de Registro de Preços correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE, do Fundo Municipal de Saúde — FMS e do Fundo Municipal de Assistência Social — FMAS, conforme o órgão que vier a solicitar cada contratação específica.

9.2. A indicação da dotação orçamentária, da fonte de recurso e dos demais elementos da despesa será realizada por ocasião de cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, antes da emissão da respectiva nota de empenho, Ordem de Fornecimento, contrato ou instrumento equivalente.

9.3. Considerando que a presente contratação será realizada pelo Sistema de Registro de Preços, a existência da Ata não gera, por si só, obrigação de contratação imediata ou de execução integral dos quantitativos estimados, razão pela qual a disponibilidade orçamentária deverá ser verificada no momento de cada demanda efetiva.

9.4. Cada órgão contratante será responsável por assegurar a existência de dotação orçamentária suficiente para suportar a despesa correspondente aos equipamentos



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

solicitados, inclusive quanto ao fornecimento, entrega e demais custos integrantes do preço registrado.

9.5. A emissão da nota de empenho ou do instrumento equivalente ficará condicionada à prévia confirmação da adequação orçamentária e financeira, em observância às normas de execução da despesa pública e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

9.6. O valor global estimado da Ata de Registro de Preços é de **R\$ 853.197,09 (oitocentos e cinquenta e três mil, cento e noventa e sete reais e nove centavos)**, possuindo natureza referencial para fins de planejamento, licitação e gerenciamento da ata, sem implicar obrigação de contratação integral pela Administração.

9.7. As futuras contratações deverão observar os preços registrados, os quantitativos efetivamente solicitados, a disponibilidade de saldo na Ata de Registro de Preços e a disponibilidade orçamentária do órgão demandante.

9.8. Desse modo, a adequação orçamentária será demonstrada oportunamente em cada contratação específica, mediante indicação da dotação própria, fonte de recurso, emissão da nota de empenho e demais documentos necessários à regular execução da despesa.

10. DAS OBRIGAÇÕES E SANÇÕES POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1. Obrigações da Contratada

10.1.1. Fornecer os aparelhos de ar-condicionado de acordo com as especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, na proposta apresentada, na Ata de Registro de Preços e na respectiva Ordem de Fornecimento.

10.1.2. Executar o objeto de forma parcelada e sob demanda, conforme as solicitações emitidas pela Administração, nos locais e prazos indicados pela entidade gerenciadora ou pelos órgãos participantes.

10.1.3. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos equipamentos, transporte, carga, descarga, entrega, garantia e demais providências necessárias à adequada execução do objeto.

10.1.4. Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, em linha regular de fabricação, livres de defeitos, avarias, vícios aparentes ou ocultos, acompanhados dos respectivos controles



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

remotos, manuais, acessórios de fábrica, documentos de garantia e demais elementos necessários ao funcionamento.

10.1.5. Observar rigorosamente as especificações de cada item, especialmente quanto à capacidade em BTUs, tensão, ciclo, classificação de eficiência energética, funcionalidades, acessórios, garantia e demais características exigidas neste Termo de Referência.

10.1.6. Entregar os aparelhos nos locais indicados pela Administração, observando os prazos, quantitativos e condições estabelecidos na Ordem de Fornecimento.

10.1.7. Comunicar à Administração, imediatamente e por escrito, qualquer ocorrência que possa comprometer o fornecimento, os prazos de entrega ou o cumprimento das obrigações assumidas.

10.1.8. Corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos, avarias, divergências de especificação, ausência de acessórios ou desconformidade com as exigências do Termo de Referência.

10.1.9. Substituir equipamento recusado pela Administração em razão de capacidade divergente, tensão incompatível, ausência de acessórios, defeito de fabricação, avaria, ausência de documentação, funcionamento irregular ou qualquer outra desconformidade com o objeto contratado.

10.1.10. Garantir os equipamentos pelo prazo mínimo estabelecido neste Termo de Referência, prestando atendimento durante o período de garantia sempre que constatado defeito de fabricação ou mau funcionamento não decorrente de uso inadequado.

10.1.11. Responsabilizar-se pela destinação adequada das embalagens e resíduos decorrentes do fornecimento, quando gerados diretamente pela contratada no ato da entrega.

10.1.12. Responsabilizar-se por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão de ação, omissão, imperícia, imprudência ou negligência de seus empregados, prepostos ou representantes durante o fornecimento, transporte, carga, descarga ou entrega dos equipamentos.

10.1.13. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

10.1.14. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários, civis, securitários e demais obrigações legais decorrentes da execução do objeto.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

10.1.15. Atender às notificações da Administração nos prazos estabelecidos, prestando esclarecimentos, corrigindo falhas e adotando as providências necessárias ao regular cumprimento da contratação.

10.1.16. Cumprir integralmente as disposições deste Termo de Referência, do edital, da Ata de Registro de Preços, da proposta vencedora, da Ordem de Fornecimento e da legislação aplicável.

10.2. Obrigações da Contratante

10.2.1. Emitir as Ordens de Fornecimento, notas de empenho, autorizações de fornecimento ou instrumentos equivalentes, com indicação dos itens, quantitativos, locais de entrega, prazos e responsáveis pelo acompanhamento.

10.2.2. Disponibilizar à contratada as informações necessárias à execução do objeto, especialmente quanto aos locais de entrega, horários de acesso e responsáveis pelo recebimento.

10.2.3. Permitir o acesso da contratada aos locais de entrega, desde que observadas as normas internas de segurança, identificação e funcionamento das unidades públicas.

10.2.4. Receber provisoriamente e definitivamente o objeto, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, conferindo a quantidade, especificações, integridade dos equipamentos, acessórios, documentação e garantia.

10.2.5. Comunicar à contratada, por escrito, as imperfeições, falhas, irregularidades, atrasos ou desconformidades verificadas no fornecimento dos equipamentos, fixando prazo para correção.

10.2.6. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata e das contratações dela decorrentes, por meio de servidor ou comissão formalmente designada, registrando as ocorrências relevantes.

10.2.7. Efetuar o pagamento à contratada no prazo e na forma estabelecidos, após o recebimento definitivo do objeto, o atesto da nota fiscal ou fatura e a regular liquidação da despesa.

10.2.8. Aplicar, quando cabível, as medidas administrativas e sanções previstas no edital, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual e na legislação aplicável.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

10.2.9. Controlar os saldos registrados na Ata de Registro de Preços, especialmente quanto às quantidades utilizadas por item, às solicitações realizadas pela entidade gerenciadora e pelos órgãos participantes e ao prazo de vigência da ata.

10.2.10. Comunicar à contratada eventual necessidade de acionamento da garantia, indicando o equipamento, o local em que se encontra, o defeito identificado e as informações necessárias ao atendimento.

10.2.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos fornecidos em desacordo com as especificações, com a proposta vencedora, com a Ordem de Fornecimento ou com as condições deste Termo de Referência.

10.3. Das infrações administrativas e sanções

10.3.1. O licitante ou a contratada que cometer infrações administrativas ficará sujeito às sanções cabíveis, observados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo administrativo, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

10.3.2. Constituem situações passíveis de apuração e eventual sanção, entre outras previstas no edital, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual ou na legislação aplicável:

I – deixar de entregar documentação exigida para o certame;

II – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

III – não celebrar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual, ou não aceitar a nota de empenho ou instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

IV – apresentar declaração ou documentação falsa;

V – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

VI – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII – atrasar injustificadamente o fornecimento dos equipamentos;

VIII – entregar equipamentos em desconformidade com as especificações exigidas;

IX – deixar de corrigir, substituir ou reparar objeto recusado pela Administração;

X – descumprir obrigação relacionada à garantia dos equipamentos;

XI – causar dano à Administração ou a terceiros durante a execução do objeto;



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

XII – deixar de cumprir obrigações assumidas no edital, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual, na proposta ou neste Termo de Referência.

10.3.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderão ser aplicadas as sanções previstas na legislação e nos instrumentos convocatórios, incluindo, conforme o caso:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3.4. A multa poderá ser aplicada em razão de atraso, descumprimento parcial, inexecução total, entrega de equipamento desconforme, não atendimento de garantia ou descumprimento de obrigações previstas neste Termo de Referência, nos percentuais e condições a serem definidos no edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento contratual.

10.3.5. A aplicação de multa não impede a aplicação cumulativa de outras sanções cabíveis, desde que observados a proporcionalidade, a gravidade da infração, o prejuízo causado à Administração, a reincidência e o devido processo administrativo.

10.3.6. A aplicação das sanções administrativas não exclui a obrigação da contratada de reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros.

10.3.7. Antes da aplicação de qualquer sanção, deverá ser assegurado ao licitante ou à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, na forma da legislação aplicável.

10.3.8. As hipóteses de infração, os percentuais de multa, os procedimentos de apuração, os prazos, os critérios de dosimetria e as demais regras pertinentes deverão constar expressamente no edital e na minuta da Ata de Registro de Preços ou do instrumento contratual.

10.3.9. O descumprimento reiterado das obrigações de fornecimento, substituição, correção ou atendimento em garantia poderá ensejar, além das penalidades cabíveis, a adoção das providências necessárias à preservação do interesse público, inclusive convocação de fornecedor remanescente, quando juridicamente cabível.

10.3.10. A Administração poderá reter pagamentos, realizar glosas ou adotar outras medidas administrativas cabíveis quando houver pendências de execução, desconformidades não



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

sanadas ou prejuízos decorrentes da conduta da contratada, observados os limites legais e contratuais.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A futura Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento será regida pelas cláusulas e condições constantes deste Termo de Referência, do Edital de Licitação e de seus anexos, pela proposta vencedora e, nos casos omissos, pela Lei nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto Federal nº 11.462/2023 e demais normas aplicáveis.

11.2. Os casos omissos ou as situações não expressamente previstas neste Termo de Referência serão resolvidos pela autoridade competente e pelo gestor da Ata de Registro de Preços, à luz da legislação aplicável, dos princípios que regem a Administração Pública e das condições estabelecidas no edital e nos demais documentos da fase preparatória.

11.3. A participação no certame e a assinatura da Ata de Registro de Preços implicam plena ciência e aceitação, pela licitante vencedora, de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos, não podendo ser alegado desconhecimento posterior como justificativa para o descumprimento das obrigações assumidas.

11.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração à contratação integral dos quantitativos estimados, constituindo a Ata de Registro de Preços instrumento de gerenciamento das futuras e eventuais aquisições, facultada a realização das contratações conforme a necessidade, a conveniência administrativa, a disponibilidade orçamentária e o interesse público.

11.5. Os quantitativos indicados neste Termo de Referência são estimativos e correspondem ao limite máximo previsto para registro, podendo as aquisições ocorrerem de forma parcelada, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente.

11.6. O fornecimento dos aparelhos de ar-condicionado deverá compreender a entrega nos locais indicados pela Administração, observadas as especificações técnicas, os prazos, a



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

garantia, os critérios de recebimento e as demais condições previstas neste Termo de Referência.

11.7. A contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, bem como cumprir integralmente as obrigações legais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de segurança relacionadas ao fornecimento dos equipamentos.

11.8. Integram a presente contratação, para todos os fins, os documentos da fase preparatória que lhe deram suporte, especialmente o Estudo Técnico Preliminar, o Mapa de Gerenciamento de Riscos, a pesquisa de preços, a planilha estimativa, os documentos de formalização de demanda, o edital, a minuta da Ata de Registro de Preços e demais anexos do processo.

11.9. A Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE atuará como entidade gerenciadora da Ata de Registro de Preços, competindo-lhe o gerenciamento da ata e a coordenação das contratações dela decorrentes, sem prejuízo das atribuições dos órgãos participantes, especialmente o Fundo Municipal de Saúde — FMS e o Fundo Municipal de Assistência Social — FMAS.

11.10. A Administração poderá promover diligências, solicitar esclarecimentos, realizar conferências técnicas, exigir documentos complementares admitidos pela legislação e adotar as medidas necessárias à adequada instrução, execução, fiscalização e controle da contratação, desde que observados os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, motivação e julgamento objetivo.

11.11. Fica eleito o Foro da Comarca de Riachuelo, Estado de Sergipe, para dirimir as questões judiciais oriundas da licitação, da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

(Cidade)/(UF), _____ de _____ de 2026.

AO

MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de aparelhos de ar-condicionado, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE, na qualidade de entidade gerenciadora, e dos órgãos participantes Fundo Municipal de Saúde — FMS e Fundo Municipal de Assistência Social — FMAS, **conforme especificações e detalhes constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital.**

LOTE X						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
VALOR TOTAL R\$						

Prazo de validade da proposta não inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contado da data de abertura do certame, caso não seja indicado, será considerada de **60 (sessenta) dias corridos**.

O prazo de entrega, que será de no máximo ____ (____) dias consecutivos contados a partir da entrega da ordem de fornecimento.

Forma de pagamento; por nota de empenho, após emissão da nota fiscal, de acordo com as quantidades fornecidas, devidamente atestadas pelo setor solicitante.

Declaro que nos preços ora propostos e naqueles que por ventura vierem a ser ofertados, por meio de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis ao perfeito fornecimento objeto desta proposta, tais como: **taxas, fretes, impostos, seguros** e tudo mais influir direta ou indiretamente no custo do fornecimento, entendido que a falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas.

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Fax:

E-mail:

Banco: Agência:

Local/Data:

Conta Corrente N.:

Nome do Representante Legal: _____

CPF: _____



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

**ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O MUNICÍPIO DE RIACHUELO, ESTADO DE SERGIPE, por meio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE Riachuelo**, inscrita no CNPJ: XXXXXXXXXXXX, com sede administrativa localizada no endereço à XXXXXX, XXXX, XXXXXXXXXXXX, Estado de Sergipe, por seu xxxxxxxxxxxx o Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, maior, capaz, residente e domiciliado neste município, portador da Carteira de Identidade n. _____ SSP/____ e CNPF/MF n. _____, doravante denominada, **ÓRGÃO GERENCIADOR**, em decorrência da conclusão do **PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2026, RESOLVE, REGISTRAR OS PREÇOS** da: xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob n. xxxxxxxxxxxx, Inscrição Estadual xxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxx, n. xxxxx, Bairro xxxxx, xxxxxxxxxxxx, Cidade xxxxx, e-mail xxxxxxxx, telefone (xx) xxxxx-xxxxxxx, neste ato representada por seu representante legal, o Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxx, CNPF xxxxxxxx, RG xxxxxxxxxxxx, doravante denominada **FORNECEDOR**, de acordo com o edital e seus anexos, que passam a fazer parte integrante desta Ata, sujeitando-se as partes às determinações em conformidade com a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 [Lei de Licitações e Contratos Administrativos] e Decreto Federal n. 11.462, de 31 de março de 2023 [Registro de Preços], e ainda, pela Lei Complementar n. 123/2006, bem como pelas condições estabelecidas nos seguintes termos:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Eletrônico SRP n. ____/20__ e seus Anexos, o qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, a proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, será pelo período de 01(um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (Art. 84, Lei 14.133/2021).

3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

4. DO PREÇO



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

4.1. Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UND	QUANT MÁXIMA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

4.2. O preço registrado e a indicação dos respectivos detentores da ata serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

4.3. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços;

4.4. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil;

4.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada (Art. 86, Lei 14.133/2021);

4.6. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei n. 14.133/ 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

registrados; ou

c) na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei n. 14.133, de 2021.

4.7. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, torna-se superior o preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:

- a) Convocar o Detentor da Ata visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) Frustrada a negociação, o Detentor da Ata será liberado do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais licitantes que tiveram preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

4.8. Quando o preço de mercado se tornar superior aos registrados, o Detentor da Ata, mediante requerimento comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá:

- a) Liberar o Detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b) Convocar os demais Detentores da Ata visando igual oportunidade de negociação;
- c) Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5. DO CONTROLE, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotara a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. Na forma do que dispõe o artigo 117 da Lei n. 14.133/2021, fica designado o(a) servidor(a) ----- - CPF n. 0.000.0000, lotado na Secretaria Municipal de _____ deste Órgão, para acompanhar e fiscalizar execução da presente Ata de Registro de Preços.

§1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Fornecimento com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§2º - A ação da fiscalização não exonera o fornecedor de suas responsabilidades contratuais.

5.3. Nas Atas de Registro de Preços são indicados um Fiscal e o Gestor, que será responsável pelas rotinas de controle dessas atas, como:

- a) Controle dos saldos;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

- b) Vigência da ata;
- c) Controle sobre o Cadastro Reserva, os quais, quando houver, serão registrados na Ata de Registro de Preços, em sintonia com o Art. 82, § 5º, inciso VI;
- d) Controle das Solicitações de Consumos de Ata;
- e) Controle sobre as entregas, seus locais e seus prazos;
- f) Controle sobre o recebimento do objeto;
- g) Controle sobre as liquidações de Notas Fiscais;
- h) Controle das obrigações de ambas as partes;
- i) Controle sobre eventuais solicitações de troca de marca e de prorrogação do prazo de entrega;
- j) Controle sobre eventuais notificações e eventuais sanções, entre outros.

6. DA FORMALIZAÇÃO DA DESPESA

6.1 Após o encerramento da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo **de 00 (-----) dias**, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei n. 14.133, de 2021;

6.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante melhor classificado e convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificação apresentada seja aceita pela Administração.

6.3. Na hipótese do convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado;

6.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos previstos no item acima, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a) convocar os licitantes que mantiverem sua proposta original, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.5. A contratação com os detentores da Ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa, observado o disposto no art. 95 da Lei n. 14.133/2021;

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O Detentor da Ata terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

- b) Não retirar a respectiva nota de empenho, instrumento equivalente ou assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) O Cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar qualquer contratação, nem ao menos nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento de materiais, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

8.2 - O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o Município optar pelo fornecimento cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

8.3 - O Município avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

I - gerenciar a Ata de Registro de Preços;

II - prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

III - emitir pareceres sobre atos relativos a execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, a exigência de condições estabelecidas no Edital e a proposta de aplicação de sanções;

IV - assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

V - assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

VI - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

VII - fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo Fornecedor Registrado;

VIII - a fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

10.1. São obrigações do fornecedor registrado:



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

- I - manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
- II - comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
- III - atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;
- IV - abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

11. DAS ADESÕES A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Os órgãos ou entidades que não participarem do procedimento licitatório poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei n. 14.133/2021;
- c) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

11.2 A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

- a) Por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou
- b) Por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

11.3. Limites de adesão a ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes:

- a) As adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- b) O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12. DAS PENALIDADES

12.1 Serão aplicadas as sanções previstas no item ____ do Edital de Pregão Eletrônico SRP n. ____/20----.

13. DA PUBLICAÇÃO



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

13.1. A publicação da Ata de Registro de Preços deverá de realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no Art. 174 § 2º, inciso IV da Lei n. 14.133/2021, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão fará parte desta Ata de Registro de Preços.

15. DO FORO

15.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca do Município de Riachuelo, Estado de Sergipe. E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, e assinada em 3 (três) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via na Comissão permanente de Licitação deste Município.

_____/SE, ____ de ____ de 20__.

PREFEITURA MUNICIPAL DE _____
Órgão Gerenciador

[inserir razão social da empresa]
[inserir representante legal da empresa]
FORNECEDOR REGISTRADO

TESTEMUNHAS:

1- _____
Nome:
CPF:

2- _____
Nome:
CPF:



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

ANEXO I – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. ____/20--

REF: Pregão Eletrônico SRP n. ____/20--

CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES

O presente anexo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva dos licitantes que aceitaram cotar os materiais/serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, obedecendo a sequência de classificação no certame, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da em virtude do cancelamento.

ITEM X			
Item	Classificação	Fornecedor	CNPJ

[inserir razão social da empresa]
[inserir representante legal da empresa]
FORNECEDOR RESERVADO

[inserir razão social da empresa]
[inserir representante legal da empresa]
FORNECEDOR RESERVADO

[inserir razão social da empresa]
[inserir representante legal da empresa]
FORNECEDOR RESERVADO



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

ANEXO IV- DECLARAÇÕES GERAIS

OBJETO: OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de aparelhos de ar-condicionado, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE, na qualidade de entidade gerenciadora, e dos órgãos participantes Fundo Municipal de Saúde — FMS e Fundo Municipal de Assistência Social — FMAS, **conforme especificações e detalhamentos constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital.**

Eu, [representante Legal devidamente qualificado] da empresa [nome da empresa licitante], sediada à [endereço completo da sede], telefone [número], e-mail [endereço de e-mail], **DECLARO**, para os devidos fins, que:

- a) sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não executando, ainda, qualquer trabalho com menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- c) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) que recebeu todos os documentos pertinentes ao Pregão supracitada e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações para o cumprimento das obrigações desta licitação
- e) declara que conhece e que aceita todas as condições impostas pelo Edital e seus anexos.
- f) Declara que cumpre a cota de aprendiz a que está obrigada nos termos do artigo 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- g) Declara observância do limite na licitação para obtenção de benefícios da LC 123/2006, atestando que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (art. 4º, § 2º da Lei n. 14.133/2021).
_____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura e carimbo do representante legal



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

**ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO**

Minuta de Contrato de Prestação de Serviço, que entre si firmam o
MUNICÍPIO DE _____ - ESTADO DE SERGIPE, e a Empresa
_____.

Pelo presente instrumento particular de Contrato, reuniram-se de um lado o **MUNICÍPIO DE _____ - ESTADO DE SERGIPE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0000-00, com sede na _____, nº 00, CEP 00.000-000, na cidade de _____, Estado de Sergipe, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu titular, o Sr. _____, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob o nº 000.000.000-00 e RG nº 000. 000 SSP/--, e do outro lado a **empresa**, _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida na _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo o Sr. _____, brasileiro, _____, para o fim especial de celebrarem o presente instrumento, tendo em vista o que consta do processo de licitação, com base na Legislação em vigor e nas cláusulas a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (Art. 92, I da Lei nº 14.133/2021)

O presente contrato tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar condicionado, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Riachuelo/Se na qualidade de entidade gerenciadora e dos órgãos participantes-Fundo Municipal de Saúde-FMS, **conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.**

1.1 .

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO (Art. 92, II da Lei nº 14.133/2021)

2.1 O presente pacto vincula-se em sua plenitude aos termos do Termo de Referência, da proposta oferecida pela CONTRATADA, bem como ao Processo de Pregão Eletrônico SRP nº ____/____.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO (Art. 92, III da Lei nº 14.133/2021)

3.1 O presente contrato está sendo lavrado nos termos da Lei nº 14.133/2021, demais normas pertinentes a matéria, e será regido pelos princípios norteadores do Direito Administrativo e Constitucional.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO (Art. 92, IV da Lei nº 14.133/2021)

4.1 A CONTRATADA deverá efetuar as atividades abaixo:

- a) _____;
- b) _____;
- c) _____;
- d) _____;
- e) _____;



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

- f) -----;
- g) -----;
- h) -----;

CLAUSULA QUINTA – DO PREÇO E REAJUSTAMENTO (Art. 92, V da Lei nº 14.133/2021)

5.1 - Em contraprestação aos serviços prestados/fornecimento na cláusula primeira, obriga-se a CONTRATANTE, a pagar a CONTRATADA, o valor descrito no subitem 5.2.

5.2 O valor total deste contrato é de **R\$ 00.000,00** (-----).

5.3. O valor constante nesta cláusula poderá ser reajustado, após 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, observada a variação do IPC-A para o período ou outro indicador que venha a substituí-lo, em conformidade com o prazo constante na cláusula quarta e mediante acordo formal entre as partes.

5.4. O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

5.5. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no item 5.1., o IPC-A ou outro indicador que venha a substituí-lo.

CLAUSULA SEXTA – OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DE PAGAMENTO (Art. 92, VI da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencimento.

6.2. O pagamento será efetuado de acordo com a prestação de serviços, no valor correspondente aos serviços efetivamente prestados, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) e liquidada(s);
- b) Prova de regularidade junto às Fazendas Federal e INSS, Estadual e Municipal, FGTS e CNDT, válidas no prazo mínimo de 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal.

6.3. Os documentos de cobrança relacionados acima deverão ser apresentados no endereço da sede da Prefeitura Municipal de ----- - Estado de Sergipe, dos quais após atestados pela autoridade competente e aprovados pelo Fiscal do Contrato, serão encaminhados ao Setor Financeiro para fins de liquidação da despesa e inclusão na lista classificatória de credores;

6.4. O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º §2º, Inciso III, da Lei nº 4.320/1964, art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. A ordem cronológica referida no 6.4 poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas hipóteses previstas no art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021:

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO (Art. 92, VII da Lei nº 14.133/2021)

7.1 Este contrato tem o prazo de vigência de 00 (-----) meses contados a partir da data da sua assinatura.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

7.2. Podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, pelo período de 00 (-----) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a) Os serviços/fornecimento tenham sido prestados regularmente;
- b) A CONTRATANTE tenha interesse na continuidade dos serviços/fornecimento;
- c) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CONTRATANTE, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes; e
- d) A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, VIII da Lei nº 14.133/2021)

8.1 A despesa orçamentária da execução deste contrato para o exercício de 20---, no valor de R\$ 00.000,00 (-----), correrá por conta da dotação orçamentária abaixo, com saldo suficiente, assim discriminado:

CLÁUSULA NONA – DA MATRIZ DE RISCO (Art. 92, IX da Lei nº 14.133/2021)

9.1 O mapa de risco que se encontra nos autos do processo administrativo que autorizou a contratação será preenchido durante a fase de execução do contrato pelo Gestor e Fiscal designados para acompanhar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como as exigências previstas no Termo de Referência, visando aplicar ações de prevenção e contingência dos riscos e/ou danos que possam ocorrer durante a vigência do contrato, observado o disposto no art. 6º, inciso XXVII da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO PARA RESPOSTA DO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO (Art. 92, X da Lei nº 14.133/2021)

10.1 De acordo com o § 6º do art. 135 da Lei nº 14.133/2021, os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I – à apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II – ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação.

Observação: Essa cláusula somente será prevista se a contratação for de prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obras ou com predominância de mão de obra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PRAZO PARA RESPOSTA DO PEDIDO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (Art. 92, XI da Lei nº 14.133/2021)

11.1 Para majorar, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 124, II “d”, da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrado, por parte da contratada, alteração substancial nos preços praticados no mercado, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

Parágrafo único. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

11.2 O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 00 (-----) dias, contado da data do pedido da documentação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES (Art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)

12.1 Incumbe a CONTRATANTE:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à execução contratual.
- b) Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato por meio de servidor designado.
- c) Receber o objeto, atestando sua conformidade com o solicitado.
- d) Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estipulados, desde que cumpridas todas as condições contratuais.

12.2 Incumbe a CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de decoração e ornamentação em conformidade com as Ordens de Fornecimento, prazos estabelecidos e especificações técnicas constantes no TR e nos anexos.
- b) Manter responsável técnico formalmente designado, garantindo o acompanhamento e a conformidade técnica dos trabalhos.
- c) Disponibilizar equipe em número suficiente para atender às demandas da Administração, providenciando substituição imediata em caso de afastamento ou ausência.
- d) Garantir a integridade e a qualidade dos materiais fornecidos, providenciando a substituição em caso de defeitos, danos ou inconformidades.
- e) Cumprir os padrões de qualidade estabelecidos, sujeitando-se a glosas e penalidades em caso de descumprimento.
- f) Assegurar o tratamento adequado de quaisquer dados eventualmente compartilhados no âmbito da execução, em conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018)**.
- g) Fornecer todas as informações necessárias à fiscalização, atendendo prontamente às solicitações do gestor e do fiscal do contrato.
- h) Participar de reuniões de acompanhamento sempre que convocada, apresentando plano de ação para correção de falhas quando solicitado.
- i) Responsabilizar-se integralmente por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade subsidiária.
- j) Zelar pela boa condução dos serviços, observando conduta ética, segurança e postura compatível com o ambiente dos eventos.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

k) Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

l) Obrigação de cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

m) Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;

n) Executar os serviços elencados na Cláusula Primeira do presente contrato;

o) Alocar todos os recursos necessários para se obter uma execução perfeita, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à contratante;

p) Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à CONTRATANTE comprovante de quitação com os órgãos competentes;

q) Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do contrato;

Assumir inteira responsabilidade pelos danos que seus empregados causarem à CONTRATANTE, hipótese em que fará a reparação devida, com o necessário ressarcimento em dinheiro, no prazo improrrogável de 30 dias, independentemente de avisos ou interpelação judicial;

r) Em caso de não cumprimento do objeto deste contrato, responsabilizar-se, na forma da Lei, pelo inadimplemento do contrato, ficando o ônus sob sua responsabilidade;

s) Não poderá transferir total ou parcialmente o contrato. Também não poderá subcontratar, ainda que parcialmente, a execução do seu objeto;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES (Art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)

13.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.3. Será aplicada a sanção prevista no inciso I do item 131.1 na hipótese de inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.4. Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma:



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

13.4.1. De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na entrega/prestação do serviço, observada a seguinte gradação:

- a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%;
- b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%;
- c) Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%;
- d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%;
- e) Acima de 20 dias: multa de 30%.

13.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;

13.6 Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 13.1 será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

13.7. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 13.1 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

13.8 A sanção prevista no inciso III do item 13.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar com o Município de _____/SE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.9 A sanção prevista no inciso IV do item 13.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

13.10 A sanção estabelecida no inciso IV do item 13.1 será precedida de análise jurídica;

13.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;

13.12 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.13 A aplicação das sanções previstas no item 13.1 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.14 Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

13.14.1 A notificação a que se refere o *caput* deste artigo será enviada pelo correio, com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA mediante recibo ou, na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial do Município e no quadro de avisos da Prefeitura.

13.15 Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até **48 (quarenta e oito) horas**, após o recebimento da notificação, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do fornecimento/serviço encaminhará a Comissão de Processo Administrativo a qual instaurará processo administrativo punitivo;

13.16. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no item 13.4 deste edital. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas em Lei;

13.17 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 13.1 deste edital requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada que avaliará os fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

13.18 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação;

13.19 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.20 Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do do item 13.1 deste edital, serão aplicadas de acordo com o Decreto nº ____ de ____ de ____, do qual estabelece a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos;

13.21 A Administração Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal, observado o disposto no art. 169, § 3º da Lei nº 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO (Art. 92, XIX da Lei nº 14.133/2021)

14.1 O inadimplemento de qualquer das cláusulas do presente contrato conforme art. 137, incisos de I a IX da Lei nº 14.133/2021, é motivo justo para a extinção do mesmo. De acordo com o art. 138, da Lei nº 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

III – determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Parágrafo Único – A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO e GESTÃO DO CONTRATO (Art. 92 inciso XVIII e art. 117 da Lei nº 14.133/2021)

15.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidor _____ (cargo/função) designado pela Portaria nº 00 de _____ de _____ e _____, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

15.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, e informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

15.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FONTE DOS RECURSOS

16.1 A despesa prevista na cláusula segunda, correrá por conta de recursos próprios.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO (Art. 92, XIX § 1º da Lei nº 14.133/2021)

17.1. Fica eleito o foro do município de _____, Estado de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na execução do presente Contrato.

17.2. E, assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um único e só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, a fim de que possa surtir os efeitos legais.

_____ (SE), _____ de _____ de _____.

Prefeito

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____

CPF Nº _____



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE RIACHUELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO
